

História e Quinto Império em Antônio Vieira

History and the Fifth Empire in Antônio Vieira

Alessandro Manduco

A religião é a mais gigantesca utopia, isto é, a mais gigantesca ‘metafísica’ que já apareceu na história, já que ela é a mais grandiosa tentativa de conciliar, em uma forma mitológica, as contradições reais da vida histórica: ela afirma, na verdade, que o homem tem a mesma ‘natureza’, que existe o homem em geral, enquanto criado por Deus, filho de Deus, sendo por isso irmão dos outros homens, igual aos homens, livre entre os outros e da mesma maneira que os outros; e ele pode se conceder desta forma espelhando-se em Deus, ‘autoconsciência’ da humanidade; mas afirma também que nada disto pertence a este mundo e ocorrerá neste mundo, mas em outro (utópico). Desta maneira, as idéias de igualdade, liberdade e fraternidade fermentam entre os homens, que não se vêem nem iguais, nem irmãos de outros homens, nem livres em face deles. Ocorreu assim que, em toda sublevação radical das multidões, de um modo ou de outro, sob formas e ideologias determinadas, foram colocadas estas reivindicações.¹

História e Quinto Império em Antônio Vieira

A obra do padre jesuíta Antônio Vieira (1608-1697): seus sermões, cartas, documentos, pareceres, propostas, livros e reflexões revelam, entre outras, sua profunda obstinação pela ação-prática, ou melhor, por um modo de atuar e intervir na realidade social de sua época. Dividido entre a matéria e o espírito, o pecado e o perdão, em constante dualismo, o jesuíta não abandona nunca sua pregação, a não ser quando a Inquisição lhe proíbe a palavra.

E por que o “imperador da língua portuguesa” – o mais famoso dos epítetos cunhado por Fernando Pessoa – foi condenado pela Inquisição do

século XVII? Evidentemente ele não sofreu as restrições, castigos e ou penas mais costumeiras que o Tribunal do Santo Ofício reservava aos infiéis.

Os dominicanos que detinham o poder eclesiástico central na época do julgamento e decisão da pena de Antônio Vieira condenaram-no por seu envolvimento com os judeus, e também por suspeitas contra as idéias contidas em alguns de seus manuscritos. Mas, enfim, que produções são essas que se classificam como obras “heréticas”? Trata-se, especialmente, de “Esperanças de Portugal, Quinto Império do Mundo”, da “História do Futuro” e de sua inacabada “Clavis Prophetarum”. Estes três textos encerram as frustradas profecias de Vieira quanto à consolidação de Portugal como o Império do mundo católico, centrado no seu rei.

Parece mesmo que o projeto Quinto Império provocou a ira dos inquisidores. Assim se coloca a proposta deste artigo: examinar a concepção de história no pensamento do padre Vieira, particularmente, na formulação do Quinto Império. O objetivo é compreender, a partir do entendimento da história, a relevância do Estado de Portugal na identificação de um Império temporal de paz e concórdia.

Para tanto, divido o texto em duas partes. Na primeira apresento o entendimento do tempo e da história no pensamento do padre Antônio Vieira. Com isso, quer-se reter uma concepção de história que informe o aperfeiçoamento do Estado e redenção das almas hierarquizadas que o compõem.

Na segunda parte, focalizo o modo pelo qual Vieira concebe o Quinto Império ou Reino Consumado de Cristo, lugar este de uma tensão crucial entre a fé e a institucionalização político-religiosa. A construção e efetivação do Quinto Império é chave para entender a noção de história que norteia as elaborações desse jesuíta. Trata-se de mostrar quanto a questão do Quinto Império é central e revela, bem ao modo sacramental, a consumação da expansão da Igreja como espaço próprio da presentificação do Reino de Cristo.

Tempo, História e a “Fortuna” do Império Luso

A referência histórica marca os escritos de Antônio Vieira. O problema que era a reconstrução do Reino português combinado com sua apologia da ação oferece o tom de sua volumosa produção.

Seu olhar arguto passa pelos negócios do governo e maneira de conduzi-los. Há espaço em seus escritos e sermões para pensar e refletir sobre discussões como a necessidade do 'dinheiro sem fé' dos cristãos novos e, também, da indigência da escravidão como fator básico para a movimentação e produção na colônia. Pode-se citar, ainda, neste sentido, a crítica realizada aos modos da Inquisição e, por conseqüentemente, as propostas de alteração de seu exercício. A própria situação colonial, dados os conflitos jurisdicionais na questão do índio e do negro, é vivida de perto por descontínuos mais de 40 anos.

Seus temas e tópicos são infundáveis. Traçando os diagnósticos e passando aos remédios, Vieira busca dar sentido e ordem à situação de corrupção da colônia; ao sistema de escolha dos cargos; ao maior de todos os pecados na administração pública: a omissão. Tudo isso confirma sua sempre presente preocupação com os limites, vicissitudes e 'missão' do Estado. Afinal, todos fazem parte do mesmo corpo, segundo a unificação da universalidade divina, proposta pelos contra-reformistas.

O 'projeto' do padre Antônio Vieira coloca-se como parte de um esforço para garantir a soberania lusitana. Em vários de seus sermões o endereçamento é claro: são os nobres que devem sacrificar seu tempo e compartilhar a tarefa de remissão econômica do Reino. Neste sentido que muitas de suas posições, como a proposta de criação de companhias comerciais com dinheiro judeu ou a da entrega de Pernambuco aos nederlandeses, podem ser entendidas.

Sua fala atende e comparece a dois campos específicos. De um lado, percebe-se uma perfeita continuidade inaciana, presente em seus discursos dirigidos aos índios e escravos, representando sua missão evangelizadora. O outro palco de seu discurso é muito mais persuasivo, em contraposição àquela primeira manifestação mais voluntarista, além de convincente, o horizonte encontrado neste segundo momento é bastante pragmático. Desta maneira, seu comprometimento político vinculava-se à indução dos seus ouvintes a uma reestruturação de valores. Isso mostra que a imagem de uma sociedade e cultura homogênea e estática, nada tem haver com a realidade vivida por Vieira. Os recursos estilísticos e lingüísticos manifestos em suas obras parecem visar metas precisas, no caso, persuadir e agir.

Da leitura atenta de seus sermões, pareceres, escritos e cartas, o que mais importa em Vieira é o cumprimento da finalidade divina da História, não apenas como redenção individual, mas coletiva. Quando Vieira interpreta as ações dos homens e os eventos narrados na Bíblia, ele lê estas ações, os homens e os eventos como figura de um sentido completado na eternidade. Vieira opera com a “alegoria factual”², segundo a qual a Providência faz com que exista peculiaridade entre os acontecimentos históricos da Bíblia, como revelação profética do Reino de Cristo. Nesta concepção alegórica, o tempo é definido qualitativamente. Toda a história aparece subordinada ao tempo que, sendo análogo de Deus, é semelhança e oposição dos eventos, segundo duas operações hermenêuticas complementares. Pela primeira delas, as diferenças temporais confluem para a identidade do mesmo conceito indeterminado, Deus, no qual todas são conceitos reflexos ou predicados. Pela outra operação, aquilo que se repete no tempo, Deus é representado como sendo absolutamente fora do tempo e de todo o conceito ou, ainda, como exterior a toda representação, eterno e infinito, mas sempre como um conceito idêntico nos eventos.

Assim pode-se entender por que a História nunca se repete, mas sim o fundamento dela, Deus, que se repete sempre idêntico nas diferenças temporais que, participando Nele, espelham-no segundo vários graus analógicos. Por isso mesmo que é possível pensar em um princípio comum de identidade.

A argumentação do padre trata de persuadir o destinatário de que o Reino de Cristo, consumado no eterno, também se há de consumir no tempo português como um mistério já anunciado da fé ortodoxa, que o texto comenta e revela. Pensar assim não se trata de inserir uma temporalidade mística, nem de panteísmo, muito menos de postulação do mundo histórico como ilusão ou aparência. Vieira é ortodoxo e pensa que a eternidade está em todos os tempos, como participação deles no conceito absolutamente idêntico a si, de Deus. Afinal, todos os tempos prefiguram o Eterno.

Cada evento na concepção vieirana da História é histórico e tem ser próprio, pois há livre-arbítrio, mas, como o tempo é criado, nenhum evento dele tem, nem pode ter relação de igualdade com Deus, logo, cada evento apresenta proporcionalidade entre a sua natureza interior e o divino. Como sentido primeiro, tudo decorre da analogia de proporção dos seres criados com Deus.

Na obra profética e oratória de Antônio Vieira, toda a história aparece subordinada à finitude do tempo, teologicamente definido como qualidade análoga da infinitude divina. A História não pode ser entendida como processo meramente humano e quantitativo, como ocorrerá em parte do século XVIII, nem mesmo uma disciplina que narra aquilo que não mais se repete, como fará a Ilustração.

Em seus textos é possível verificar que o tempo dos sucessos vividos e narrados é qualificado, ou seja, o 'processo histórico' não subordina o tempo à ação humana. Não há um contínuo progressista que avança para realizar as utopias da razão. Em Vieira, o tempo progride, e progride em linha reta, como tempo da ortodoxia. No tempo está pressuposto o retorno do passado no presente, não como repetição do mesmo, mas, como repetição diferencial do Idêntico. A repetição da identidade revela-se no aperfeiçoamento do Estado e na redenção das almas hierarquizadas que o compõem. Assim, o discurso da História é sempre definido e operado como "ornato da Identidade"³.

Como bem diz Pécora, os acontecimentos do mundo criado em sua sucessão continuada historiografam (mas não historiam, isto é, não reduzem a história) a Providência – cuja presença ativa e encoberta lhes confere existência e sentido (direcionado para um fim em Deus). Se se quiser pensar em termos de história, nesse sentido, ter-se-á que imaginar que ela seja, antes de tudo, figura de um Ser que, existindo sob múltiplas variações e encontros, bem como encaminhando-a para o Bem que foi criada, sustenta-a a cada instante em um trabalho renovado de Criação.⁴

O Deus presente nos sermões vieirianos não apenas criou, em vez única, o mundo que agora se desenrola a seu modo, nem apenas ordenou-o, então, para o bem que é seu Fim, mas assiste-o muito de perto – tão perto quanto o permita o tremendo risco da imanência – a ponto de assinalar-se em toda a ocorrência: encoberto em tudo que se mostra, o Deus vieiriano incansavelmente cria suas próprias figuras. Para o jesuíta, o plano dos eventos tende a deixar sempre em evidência a sua insuficiência para explicar o que nele, mesmo usualmente, age e se constitui como causa e feito. Assim sendo, pode-se entender que os acontecimentos nunca se fecham suficientemente tal que excluam o Ser Divino, não se tornam nunca autônomos em cada instante de sua busca do Fim que o é em si mesmo.⁵

Este mesmo Deus que se enuncia na história do homem apenas o fazendo em vista a salvação deste mesmo homem. Para Vieira, a questão relevante da História não é a de sinalizar simplesmente o Ser absoluto de Deus, mas sinalizá-lo enquanto Providência divina dirigida ao homem. Há um sentido e direção exata. Não são sinais da transcendência em seu Ser único e incompreensível que podem, com maior pertinência e ocasião, ser lidos na história, mas, sim, sinais perfeitamente proporcionados à condução da história na qual, justamente, por essa razão, se deixa sinalizar.

Neste sentido é que Pécora fala de um “materialismo sacro”, no qual “o sagrado tem certo pacto com a matéria”, isto é, o real figurado em uma dupla instância: nem o mundo pode ser entendido autonomamente, nem é possível admitir exclusivamente a realidade dos vestígios da divindade no mundo.⁶

Acentua-se em Vieira não somente as marcas da divindade, mas fica evidente a inteira propriedade dessas marcas, sinais, figuras na própria condução e governo deste mundo. O mistério da manifestação encoberta do divino nas espécies terrenas não apenas orienta para Deus, como obriga a que, para chegar a Ele, haja um verdadeiro percurso nessas espécies a ser considerado.

Por fim, nesta visada pelo entendimento que o padre Vieira faz da história, anuncio o tema central do Quinto Império. Vale dizer que o universo de sentido latente no seu projeto de redenção final e continuada, que é o Quinto Império, é um vasto horizonte ao qual a visão profética, o comentário exegetico, a razão teológica, o conhecimento histórico-geográfico, a análise psicológica, o discurso político e – por último, mas não menos importante – o senso comum patriótico-religioso intentam fixar um lugar e um tempo de eclosão mundana. O lugar é o Portugal divino-humano em que o mito enforma a história e a profecia plasma um destino existencial.⁷

Estado e o Vice-Cristo: o ‘projeto’ Quinto Imperial

O ambiente português no século XVII estava impregnado por crenças de fundo messiânico-milenarista. Vieira volta a Portugal em 1641 e encontra um país em verdadeira efervescência visionária, mantida em alta pela

confluência do messianismo sebastianista e as novidades da Restauração. Esse é o lugar em que os sinais, muitos na visão de Vieira, da eleição portuguesa podem ser abundantemente detectados.

A junção das profecias que penetravam o imaginário português recobria a percepção sobre o Reino dotando-o de uma exclusividade. Este seria dono e proprietário singular da missão de cristianizar todo o mundo. Quando se fala no clima místico e no ambiente carregado de prenúncios e presságios messiânicos encontrado e desenvolvido em Portugal é preciso ter em conta que tais crenças estariam apoiadas, basicamente, em três correntes de pensamento, aqui apenas listadas: as milenaristas joaquimitas⁸, o judaísmo⁹ e o messianismo português¹⁰.

Duas crenças informam o imaginário português de então. A lenda do “milagre de Ourique”¹¹ que remonta o século XII do Reino recém-estabelecido. Trata de sua história a partir de sua fundação e sagração divina. Momento primeiro da história de Portugal no qual o próprio Cristo aparece para D. Afonso Henriques e ao proferir as palavras de alento e estímulo, diante da batalha em jogo, sinaliza a particularidade do Reino que daquele instante para a frente viu marcar em sua identidade a intervenção sagrada.

A segunda outra dessas crenças aproveitada por Antônio Vieira são as ditas “Trovas do Bandarra”¹², a mais popular das profecias que versa sobre a volta do Encoberto – rei português que guiaria todos os povos em direção a uma única fé. Essas quadras populares ganharam força com o desaparecimento de D. Sebastião¹⁴ na famosa batalha africana de Alcácer-Quibir. Ora serão utilizadas para legitimar herdeiros, ora para restaurar o reino, ora para atizar os cristãos-novos na busca de maior autonomia e independência.

De um ambiente extremamente afeito ao mistério, o empenho de Antônio Vieira passa pelo reforço do papel do Estado. Basicamente, o que importa é a ordenação e a hierarquização do modelo monárquico de poder. O Portugal de Vieira precisava renascer, restaurar-se, fazer valer sua identidade tal e qual nascido no momento mesmo de sua fundação providencial, conforme Ourique.

Neste sentido, Vieira não rivaliza com o pensamento corrente da segunda escolástica, mas, ao mesmo tempo, não adere totalmente aos pressupostos estabelecidos pelos tridentinos. Sua posição é clara: há um Estado escolhido, e não um único rei, o que conduziria a consideração herética dos

luteranos que queriam a concessão direta ao príncipe do poder divino. No caso de Antônio Vieira, é o Estado que ganha preeminência. Este corpo de ordens hierarquicamente constituído, a partir de uma cabeça, é o agente histórico capaz de realizar a tarefa, missão mesma de atualização da semente entre o mundo criado e sua Causa Primeira.

Como se vê, elementos teológicos não faltam, porém, não há plena anuência a eles, o que remete a sua perseguição pela Santa Sé. Antônio Vieira foi preso e condenado pela Inquisição. Certamente suas assertivas sobre os cristãos-novos contribuíram na produção de uma imagem heterodoxa. Contudo, o ponto de discórdia foi justamente o que chamou de *Quinto Império*.

Quando do exame perante o Santo Ofício de Coimbra é perguntado sobre o título do livro, *Quinto Império*, sendo que a Escritura só fala da existência de quatro impérios, Vieira responde: “sendo a opinião mais comum dos doutores na visão da estátua de Nabucodonosor eram significados quatro impérios, a saber: o primeiro dos assírios, o segundo dos persas, o terceiro dos gregos, e o quarto dos romanos, e que também sabe que é sentença de alguns padres e teólogos que o Império Romano há de durar até o fim do mundo”.¹⁴

A seqüência dos cinco impérios reproduz a trajetória mesma do Sol ao redor da Terra. O movimento natural do universo do Oriente para o Ocidente representaria o círculo lançado pela Providência:

O primeiro império do mundo, que foi o dos Assírios, e dominou toda a Ásia, também foi o mais oriental. Dali passou aos Persas, mais ocidentais que os Assírios; dali aos Gregos, mais Ocidentais que os Persas; dali aos Romanos mais ocidentais que os Gregos: e como já tem passado pelos Romanos, e vai levando seu curso para o ocidente, havendo de ser, como é de fé, o último império, aonde pode ir parar, senão na gente mais ocidental de todas?¹⁵

A referida nação mais ocidental de que se trata é Portugal. Assim, Antônio Vieira insere o reino no mito bíblico do quinto império profetizado por Daniel. Para demonstração, com a palavra o próprio Vieira:

o argumento ou assunto do livro que quis há muitos anos escrever, e do qual tinha totalmente desistido, depois que me apliquei às missões, era

o Império Consumado de Cristo debaixo do nome do Quinto Império. Digo – Império – conforme o cômputo dos impérios de Daniel, entendendo-se por Império Consumado de Cristo não algum império que Cristo havia de ter nos tempos futuros, senão um novo e maior estado do mesmo império e reino que Cristo hoje tem e sempre teve, depois que veio ao mundo, que vem a ser um novo e perfeito Estado da Igreja Católica, que é o único e verdadeiro Reino de Cristo.¹⁶

E continua em tom de justificação: “de nenhum modo é invento meu, senão promessa e esperança e exposição de muitos santos antigos e modernos, e de muitos comentadores das Escrituras, e de muitas pessoas de espírito profético”. Nesta *Defesa*, texto reduzido e sintético escrito por Antônio Vieira no cárcere, são citados nada menos que 29 autores, tão díspares quanto as Sibilinas da época pré-cristã, santos medievais como Brígida e Matilde, chegando até escritores contemporâneos, no caso, Árias Montano. A unidade encontrada em quase todos, porém, é que são nomes obscuros e cativos da elaboração mítica popular.¹⁷

Apesar da associação entre Igreja e Estado, a Providência só se manifesta numa única instituição, qual seja, a pessoa mística do Rei. No caso em referência a figura do “Encoberto” é perfeitamente incorporada nas teses de Vieira. Nesse passo, o que está resolvido em Antônio Vieira não é a identidade do rei, como mostram seus sermões que apontam para a condição e investidura do mesmo, isto é, sua natureza real ungida por Deus jamais pode ser esquecida ou alterada. Não se trata de caracterizar este ou aquele herdeiro, mas sim a própria categoria de monarca.

Destinado a promover o futuro imperial e a concórdia entre a cristandade universal, o Encoberto não é o Cristo, mas é o Vice-Cristo: vontade divina na descendência da nação eleita e ordenada. É na sucessão da cabeça do Estado que a vigília providencial de Deus sobre a nação portuguesa se manifesta.

Pode-se observar a partir da construção do *Quinto Império* a importância e necessidade de um Estado forte. Esta organização hierarquicamente constituída é o Estado Providencial, infuso na monarquia lusitana. Confluindo em aspectos teológicos, retóricos e políticos há uma missão especial que, somente o Estado Português, o único e nenhum outro mais, pode realizar. Neste espaço projeta-se o Rei Encoberto. A condução política per-

feita realizada pela cabeça do reino acaba por ser representada na subordinação dos interesses dispersos e individuais em torno de algo maior: o interesse coletivo, o bem comum.

O *Projeto Quinto Imperial*, concretamente, se caracteriza por ser o estado em que a Igreja, que é o *Reino* ou *Império* de Cristo, se manifestará em perfeita conformidade com o desígnio e o potencial que a constituem. Esse acontecimento redentor pode ser entendido a partir da perspectiva de uma experiência de universal união mística, cujo sujeito é a integral comunidade humana e, por ela, o próprio cosmos físico.¹⁸

Nesse passo, a visão de Vieira é, física e intelectualmente, teoria da *unio mystica*. Aqui se encontra outro dos pressupostos da invenção do Quinto Império. Primeiro é preciso incorporar que a forma de pensamento de Vieira é histórica. Depois, a partir daí, entender que para ele nunca há retorno do mesmo, como já exposto anteriormente. Isso nos conduz a uma filosofia da história bastante específica, ou seja, não ocorre superação e ruína do passado, o Idêntico que se repete na diferença dos eventos é o próprio Deus.¹⁹

Contudo, existe um espaço reservado para o progresso em Vieira e é ele o da ascense da alma rumo à eternidade. Esse único caminho permanece vívido na função integradora dos escritos de Vieira. Por isso não é possível pensar a obra deste inaciano sem uma expressa simultaneidade de sua oratória, ou seja, das dimensões teológica-oratória-política que não se autonomizam. São essas esferas as responsáveis pela produção de uma conexão hierárquica e intrínseca praticada pela monarquia católica absolutista.

Fundado e universalizado por direta eleição e assistência divinas, conhecendo um momento de plenitude histórica e logo após um desfalecimento, a Restauração do reino é o prelúdio da unificação do mundo por um domínio político integralmente investido de sentido religioso. O paralelo, ou melhor, a interpenetração com a estrutura do crescimento histórico da Igreja não podia ser mais evidente. Tanto o reino português como a sede romana são expostos, no limiar da sua comum e simultânea exaltação. Agora, por Antônio Vieira o Estado português se vê uma vez mais providencializado. Assim, Ourique é sucedido pela Restauração que tem como prolongamento natural a consumação do Quinto Império.

O fundamento da convergência histórica da Igreja, do Império, do Imperador e do Pontífice, a consumir-se no Quinto Império do mundo –

politicamente português e espiritualmente católico – é a moção espiritual e ontológica da Realeza Pontifícia do Redentor.²⁰

É possível afirmar que as suas exegeses do futuro eram ato verdadeiramente beato de construção da sustentação teológica, necessária e inalienável do plano de fortalecimento e conjunta exaltação do Estado católico moderno e da Igreja romana. Com isso, buscava igualmente convencer o capital, como ele próprio estava convencido, de que o melhor caminho de sua aplicação passava pelo Estado português.

Considerações Finais

Hoje, mais de trezentos anos depois de sua morte, continua de pé nos púlpitos das igrejas portuguesas e brasileiras a imagem do orador incomparável que amaciava platéias de índios e encantava as cortes dos reis, do catequista poliglota, do missionário humanista defensor dos índios brasileiros, do patriota, político e diplomata empenhado na Restauração portuguesa, do revolucionário e visionário combatido pelo absolutismo tirânico da Inquisição, do escritor prodigioso, arquiteto da língua, enfim, do homem de ação.

Com esse tipo de ação, decidida em torno de um centro irradiador de força e poder, que é o Estado, revela-se a Providência no reino deste mundo, ou seja, é a ação humana que desvenda a própria história escondida que a guia. Pode-se entender, assim, porque a afirmação profética do Quinto Império é parte essencial da argumentação de Vieira. Há uma destinação que envolve o convencimento de todos a participar e empregar tempo e capital no Reino Português, pois, como espero ter demonstrado, apenas a este Estado estava prometido um papel compatível com o futuro previsto por sua crença.

Vieira enquadra-se perfeitamente a imagem de uma consciência e de um homem de fé militante que defende a hegemonia do Estado católico, para tanto, em sua criação estabelece uma estratégia que passa pela acomodação das diferenças étnico-religiosas no seio da monarquia temporal. Sem dúvida, o propósito de sua ação nunca é desvinculado, ou seja, é ao mesmo tempo o da criação de condições favoráveis ao fortalecimento de Portugal como o da expansão universal da fé. Enfim, o que queriam as suas teses

proféticas? Resumidamente: ser tão atraentes para os cristãos novos, nas práticas do espírito, como fórmula de convivência com os católicos portugueses quanto o poderia ser a isenção do confisco de seus bens, na matéria temporal. As suas exegeses do futuro eram ato verdadeiramente beato de construção da sustentação teológica, necessária e inalienável do plano de fortalecimento e conjunta exaltação do Estado católico moderno e da Igreja romana.

Desta maneira buscava a lógica e a articulação necessária para que seu projeto de integração das 'gentes' (judeus, índios) no reino existente (Portugal), conforme uma marcada e determinada hierarquia da *unio mística*. Intentava a efetivação de um plano maior, o do *Quinto Império* realizado na Terra, no qual o trabalho e ação decidida dos jesuítas, voltados que estavam a recuperar as finanças e engendrar o fortalecimento da capacidade do Estado Português, eram fundamentais. Suas asserções a favor ou contra determinada maneira de proceder, como é o caso da igual tributação que deveria recair sobre os diferentes estados do Reino, no entanto, não desafiam a hierarquia do Antigo Regime.

No limite entre o visionário, o utopista e orador real, Antônio Vieira não viu realizar seu Quinto Império na Terra. Porém, mais importante que alcançar objetivamente tal situação, assim como outros escritores e pensadores políticos em distintas épocas, acima de tudo, Vieira coloca diante de si o futuro em aberto. E, aproveitando-se dessa posição, elabora um plano, uma construção e uma invenção de um mundo social diferente e diverso daquele constituído até o século XVII.

O conjunto de suas idéias toma forma em suas várias e variadas tópicas, isto é, na disposição de ordenar e organizar as relações políticas e sociais de sua época. Padre Vieira identificava as influências e propunha intervenções concretas e sólidas no real existente, planejava e intentava mudar uma dada situação indesejada de seu contexto próximo.

Notas

¹ GRAMSCI, Antônio. *Concepção Dialética da História*. Civilização Brasileira, p.115-116.

² HANSEN, João Adolfo. “Vieira: Tempo, Alegoria e História”, *Brotéria*. Lisboa, vol.145, 1997, p. 548.

³ Idem, p. 547.

⁴ PÉCORA, Alcir. *Teatro do Sacramento: a unidade teológico-retórico-política dos sermões de Antônio Vieira*, São Paulo, EDUSP, 1994, p.139.

⁵ Idem, pp.161-162.

⁶ Idem, p.171.

⁷ BORGES, Paulo Alexandre Esteves. *A plenificação da História em Padre Antônio Vieira: estudo sobre a idéia de Quinto Império na Defesa Perante o Tribunal do Santo Ofício*. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1994, p. 251.

⁸ Esta crença tem origem nos escritos do abade italiano Joaquim di Fiori, que viveu entre os anos de 1145 e 1202. Ele elaborou um sistema escatológico que se fundiria com as “Sibilinas Cristãs”. Para Di Fiori, as alegorias bíblicas serviriam como um método de compreender e prever o desenrolar da história, ultrapassando assim seus fins morais e religiosos. O milenarismo de sua obra reside no fato de Joaquim di Fiori ter formulado uma teoria acerca das três idades da humanidade: a primeira, antes da lei ou tempo do pai; a segunda, sob a lei ou tempo do filho e, por fim, a última redentora, sob a graça ou tempo do espírito. Desse modo, por exemplo, é que Jean DELEMEAU no seu *A História do Medo no Ocidente: 1300-1800*, uma cidade sitiada, São Paulo, Companhia das Letras, 1993, afirma o joaquimismo como possuidor de três elementos que possibilitaram sua utilização pelos milenaristas mais radicais: 1) o refortalecimento dos temas apocalípticos, 2) a idéia de que a Igreja dos clérigos seria substituída pela dos contemplativos e 3) a de que os menos favorecidos reinariam no mundo. Nota-se, ainda, que foram os franciscanos os responsáveis pela difusão do joaquimismo na Idade Média, sendo que muitos esperavam a ressurreição de São Francisco como o prelúdio de uma nova era. É a partir deste momento que se pode identificar os traços messiânicos junto aos ideais milenaristas.

⁹ O messianismo judaico parte de profecias que encaram a concepção de história formulada a partir dos judeus, os quais se consideravam como o povo ‘eleito’ e ‘escolhido’ por Deus. O mais antigo apocalipse conhecido seria o Sonho de Daniel, no qual, pela primeira vez, se imaginara um reino glorioso que não se limitaria à Palestina, mas que englobaria toda a Terra, ultrapassando a glória de todos os reinos anteriores. Para acompanhar a discussão sobre este assunto, ver: COHN, Norman. *Na senda do milênio: Milenaristas, Revolucionários, Anarquistas e Místicos da Idade Média*, Lisboa, Presença, 1970. A elaboração das teorias acerca do Quinto Império seria o início do messianismo judaico. Ao contrário do desejo da Igreja Romana, que queria o reino nos céus, a crença dos judeus apontava para um império terrestre. No século XV tem-se uma drástica mudança de atitude da população judaica em relação ao messianismo, pois, ao contrário do que ocorria com o judaísmo antigo e devido às perseguições sofridas na Península

Ibérica, passa-se a acreditar na possibilidade de interferência do homem no processo divino, abreviando-se assim a vinda do redentor. Sobre as relações entre judaísmo e Vieira vale conferir o estudo de SARAIVA, Antônio José. “Antônio Vieira, Menasseh Ben Israel e o Quinto Império”; bem como, o seu *O Discurso engenhoso*. São Paulo, Perspectiva, 1980.

¹⁰ Para o chamado messianismo português, ver, especialmente, *A evolução do Sebastianismo*, Lisboa, Ed. Livraria Clássica, 1947, de João Lúcio de Azevedo.

¹¹ O evento conta que em 25 de julho de 1139, um ano antes de D. Afonso Henriques de Borgonha começar a usar o título de Rei, cristãos portugueses conseguiram vencer a batalha contra o mais numeroso exército mouro. Este evento ganha contornos milagrosos a partir do século XV, como traço fundador da nacionalidade, buscando ilustrar as conquistas quase inexplicáveis empreendidas por um país tão pequeno e um povo tão reduzido. Por meio deste ‘mito’ se poderia indicar o destino de glória reservado a Portugal, confirmando a ‘vontade de Deus’ em fazer de Portugal um país livre e dedicado a levar a fé por todo o mundo. Vale lembrar que sobre o ‘milagre de Ourique’, o primeiro texto escrito foi de Duarte Galvão. Publicado em 1505 com o título de *Crônica d’El-Rei D. Afonso Henriques*.

¹² Sobre o próprio Bandarra, algumas palavras. Gonçalo Eanes Bandarra nasceu em Trancoso, pequena cidade comercial da região das Beiras, no início do século XVI. Sua biografia é pouco conhecida, destacando-se sua profissão: sapateiro, o fato de ser humilde e sua prodigiosa memória. Leitor das Escrituras Sagradas, logo ganhou fama em sua cidade, sendo considerado como uma espécie de ‘Rabi’ local, interpretando a Bíblia e suas profecias para os cristãos novos da região. O apelo profético e messiânico marca suas trovas. Conforme Jacqueline HERMANN, a discussão acerca das Trovas seria a identificação do D. João, citado por ele, a quem o Padre Antônio Vieira interpretará como sendo D. João IV. Ainda, segundo esta autora, o que garantiu a sobrevivência das ‘Trovas de Bandarra’ foi justamente o mistério e a impossibilidade de se identificar com certeza qual seria o rei predestinado apontado pelo seu autor. *No Reino do Desejado, A construção do sebastianismo em Portugal – séculos XVI e XVII*.

¹³ No ano de 1572, D. Sebastião tinha 18 anos. Este também foi o ano em que Camões dedicara *Os lusíadas* ao monarca. Como se sabe, o épico logo se tornou o símbolo da alma portuguesa daquele período conturbado. Tristeza, ressentimento e inconformismo, este o quadro em Portugal nos fins do século XVI. A ‘missão’ conferida em Ourique precisava urgentemente ser retomada. Parece que foi exatamente isso que D. Sebastião tomou para si: o dever de retomar a expansão ultramarina, bem como a de resgatar as possessões em terras africanas. Como se sabe, dessas jornadas, ele não voltou.

¹⁴ MUHANA, Adma. *Os autos do processo de Vieira na Inquisição*. São Paulo, Fundação para o Desenvolvimento da UNESP: Fundação Cultural, 1995, p.63.

¹⁵ VIEIRA, Antônio. *História do Futuro*, Introdução e atualização de texto e notas por M. Leonor C. Buescu, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1982, p.83.

¹⁶ Idem, p.24.

¹⁷ PALACIN, Luís Gómez. *Vieira: entre o reino imperfeito e o reino consumado*. São Paulo, Loyola, 1998, p.79.

¹⁸ BORGES, Paulo Alexandre Esteves. *A plenificação da História em Padre Antônio Vieira: estudo sobre a idéia de Quinto Império na Defesa Perante o Tribunal do Santo Ofício*. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1994, p. 59.

¹⁹ HANSEN, João Adolfo. “Vieira. Forma & Função”, *Revista da Biblioteca Mário de Andrade*. São Paulo, v.55, 1997, p.186.

²⁰ BORGES, Paulo Antônio Esteves. *A Plenificação da História em Padre Antônio Vieira: estudo sobre a idéia de Quinto Império na Defesa Perante o Tribunal do Santo Ofício*. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1994, p.249.

Resumo

O presente artigo tem por objetivo discutir a significação da História e do Tempo no pensamento político do padre Antônio Vieira. Dono de uma singular habilidade, acima de tudo, o jesuíta empenha-se em atribuir superioridade à monarquia lusitana. Confluindo em aspectos teológicos, retóricos e políticos, há uma missão especial que somente o Estado Português, o único, e nenhum outro mais, pode realizar. Assim, na predição do imortalizado imperador da língua portuguesa, ganha relevo o ‘projeto’ Quinto Impero, no qual a Igreja se manifestará em perfeita conformidade com o desígnio e o potencial que a constituem.

Palavras-Chave: História, Antônio Vieira, Estado, Quinto Império

Abstract

The present paper intends to discuss the meaning of History and Time in Antônio Vieira Priest political thoughts. Owner of a singular ability, above all, the Jesuit devote himself to give superiority to the Portuguese Monarchy. Rejoining in theological, rhetoric and political aspects, there is a special mission that only the Portuguese State, the one and no other, can carry out. Therefore, in the prediction of the immortalized emperor of Portuguese language, wins distinction the Fifth Empire “project”, in which the Church will manifest itself in perfect conformation with the design and potential that composes the Catholic Church.

Key-words: History, Antônio Vieira, State, Fifth Empire

(recebido em agosto de 2004 e aprovado em janeiro de 2005)